

A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DOS COMUNISTAS NOS PRIMEIROS ANOS DA TERCEIRA REPÚBLICA

Rodrigo da Costa Lima*
João Henrique Zanelatto**

Introdução

A Terceira República¹ no Brasil teve início no contexto internacional de fim da Segunda Guerra Mundial com a derrota dos fascismos e do início da Guerra Fria – a polarização EUA X URSS. Até o final da União Soviética as duas potências buscaram estabelecer áreas de influências em todos os continentes. (HOBSBAWM, 1995). Essas disputas marcaram profundamente os processos de organização sociopolítica no Brasil, tanto nas relações externas com internas (VIZENTINI, 2003).

Internamente, o início do período foi marcado pelo fim do Estado Novo, com o Golpe que destituiu Getúlio Vargas, com a libertação dos presos políticos, a legalização dos partidos, maiores liberdades democráticas, promulgação da Constituição em 1946, crescimento econômico, industrialização, urbanização e expansão dos movimentos sociais e sindicatos nas áreas urbanas e rurais (GOMES, 2009).

A partir deste contexto de mudanças que buscamos estudar o Partido Comunista do Brasil (PCB)², mais precisamente através da participação dos parlamentares comunistas eleitos em 1947, e a sua curta experiência de atuação nos quadros da legalidade nos primeiros anos da Terceira República.

Enquanto uma das principais organizações políticas da esquerda no Brasil, o PCB é objeto de inúmeros estudos. Sobre a participação eleitoral do PCB no início da abertura democrática da Terceira República, e da atuação dos comunistas eleitos na Assembleia nacional Constituinte de 1946 e nas Assembleias Estaduais Constituintes de 1947, podemos destacar algumas obras como os livros de Evaristo Giovanetti Netto, *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*, de Leandro Konder, *A democracia e os comunistas no Brasil*, de José Carlos Ruy, *Os comunistas na Constituinte de 1946*, de artigos como o de Gildo Marçal Brandão, *A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário (1945-1964)*, de Anita Leocadia Prestes, *Os comunistas e a Constituinte de 1946 – por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946*, e dissertações de Juliano Medeiros, *Por dentro da ordem: Os comunistas na Assembleia Constituinte de 1946*, e de Hernani Cavalheiro Neto, *A liberdade dos subterrâneos: a bancada comunista e os direitos individuais na Constituinte de 1946*. Além de obras que analisam a participação e atuação de parlamentares Co-

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

** Doutor em História, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente permanente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

1. Nesse artigo utilizamos a noção de Terceira República para designar o período 1945 - 1964, alinhado com os estudos que não consideram aquela experiência sociopolítica de maneira negativa (GOMES, 2009).

2. O PCB foi fundado em 25 de março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil. Em 18 de fevereiro de 1962 ocorreu uma cisão no partido que deu origem a uma nova organização que passou a denominar-se como Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB, enquanto o PCB mudou sua denominação para Partido Comunista Brasileiro.

munistas, como a de Sérgio Soares Braga, *Luis Carlos Prestes: o Constituinte, o Senador (1946-1948)* e de Daniele Dias, *O "Deputado do Povo": a trajetória de Carlos Marighella a partir de seu mandato parlamentar (1945-1948)*.

Em meados dos anos 1940 o PCB constituiu-se como o principal partido da esquerda brasileira, com forte inserção no movimento dos trabalhadores, estabelecendo uma hegemonia no campo popular que durou até a ditadura empresarial-militar iniciada em 1964 (MEDEIROS, 2016).

Perseguido por um Estado extremamente autoritário - foi o Partido Comunista que mais tempo viveu na ilegalidade no continente Latino-americano - o PCB não conseguiu institucionalizar-se dentro do sistema partidário brasileiro (BRANDÃO, 1997). O pequeno período em que viveu sob legalidade, durante a Terceira República, serviu, ao menos, para que o partido construísse e evidenciasse seu projeto alternativo e transformador de país, constituindo-se enquanto "um partido operário ou popular, dotado de visão de mundo alternativo, legal e eleitoralmente competitivo" (BRANDÃO, 1997, p. 26).

O questionamento que norteia esta investigação consiste em compreender como atuaram os parlamentares comunistas no cenário de democracia e de garantias constitucionais, especificamente a partir da atuação dos deputados estaduais comunistas eleitos para a Assembleia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul em 1947.

A partir da análise das falas proferidas pelos comunistas gauchos no parlamento, coletados nos Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS) busca-se compreender as particularidades do PCB no cenário político estadual, na atuação dos parlamentares pecebistas, na relação que estabeleceram com o PCB nacionalmente e com o contexto social e político.

O artigo divide-se em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção analisa-se a estratégia e tática adotadas pelo PCB durante a década de 1940, da estratégia da revolução democrático-burguesa, que se enquadrava dentro de uma visão etapista da revolução brasileira e da tática de união nacional. Na segunda seção busca-se compreender a atuação do PCB no estado do Rio Grande do Sul, sua participação no processo eleitoral e na Assembleia Estadual Constituinte, no ano de 1947, analisando sua influência política e social e como ocorreu o processo de cassação do registro eleitoral do partido.

O PCB no limiar da Terceira República: da legalização ao retorno a ilegalidade (1945 -47)

O fim do regime estadonovista abriu a possibilidade de um novo cenário político para o Brasil. A transição para um regime democrático, inaugurando o período da Terceira República, apresentou elementos conservadores e modernizadores. A manobra palaciana que destituiu Vargas em 29 de outubro de 1945, foi a derrota do projeto de uma Constituinte com o presidente no comando do processo de transição, que era expressa na campanha do “Queremismo”, que foi apoiada pelo PCB, e repercutiu numa democratização comandada pelos integrantes da cúpula do regime estadonovista. A transição não implicou numa ruptura radical com o regime autoritário, mas por outro lado a Constituinte, as eleições e abertura do sistema partidário permitiram importantes avanços para as liberdades democráticas (NETO, 2020).

Os comunistas foram diretamente afetados pelas contradições do novo regime, de abril de 1945 a maio de 1947, o PCB teve seus direitos políticos assegurados; após a cassação do registro do partido em janeiro de 1948, seus parlamentares foram cassados dos seus mandatos tanto na Câmara Federal quanto nas Assembleias Legislativas Estaduais, retirando os comunistas do parlamento, sendo recolocados na ilegalidade.

Durante o breve período de legalidade, após um longo ciclo de clandestinidade e perseguição política, o PCB transformou-se rapidamente num partido de massas com significativa inserção, o que teve reflexos nos resultados eleitorais. As transformações vividas pelo PCB no período foram sentidas no aumento vertiginoso do número de filiados, que saiu de aproximadamente 3.100 membros em todo o país, em 1945, para o expressivo número de 200.000 mil filiados quando do seu retorno à ilegalidade (CHILCOTE, 1982).

O crescimento do partido refletiu-se também no número de parlamentares eleitos em 2 de dezembro de 1945, que o colocou como quarta força política no Congresso Nacional. O Partido elegeu 14 deputados federais: Gregório Bezerra (PE), Alcedo Coutinho (PE), Agostinho Dias (PE), Carlos Marighella (BA), Joaquim Batista Neto (DF), João Amazonas (DF), Mauricio Grabois (DF), José Maria Crispim (SP), Osvaldo Pacheco da Silva (SP), Jorge Amado (SP), Mário Scott (SP), Claudino José da Silva (RJ), Alcides Sabença (RJ) e Abílio Fernandes (RS); um senador: Luis Carlos Prestes, uma bancada composta por maioria de operários (MEDEIROS, 2016). Nas eleições de 19 de janeiro de 1947, mais de 46 deputados estaduais, eleitos em 15 Estados da Federação, sendo eles: Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, e Mato Grosso. O PCB também obteve a

maior bancada de vereadores do então Distrito Federal (CHILCOTE, 1982).

O PCB retornou da ilegalidade como um partido de massas, com uma forte inserção junto ao movimento operário, aos setores médios, à intelectualidade e, inclusive, com inserção nas forças armadas, o que dava um caráter policlassista ao partido, distinguindo-o dos demais partidos comunistas latino-americanos. Nesses primeiros anos de regime democrático, o PCB tornou-se o maior partido comunista da América Latina em termos de quantidade de filiados e de inserção e peso político no seu respectivo cenário nacional (BRANDÃO, 1997).

A votação obtida pelos comunistas na eleição presidencial de 1945, comparada ao número de votos depositados na candidatura vitoriosa de Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD)³, pode ser considerada pequena, porém, se observada a trajetória do partido, que, quatro anos antes do pleito, praticamente inexistia enquanto organização política, tendo apenas alguns núcleos espalhados pelo país, e que havia lançado como candidato o então engenheiro Yedo Fiúza, figura totalmente desconhecida no cenário político e inscrito como candidato vinte dias antes da ocorrência das eleições, o resultado de 569.818 votos, equivalente a 9,71% do total do eleitorado. Ainda que não dispusesse das condições e da capacidade de alcançar a Presidência da República ou uma possível maioria de parlamentares em qualquer um dos espaços do Legislativo, o PCB conquistou um peso político importante nos rumos da democracia que se instalava no país:

A presença legal de um grande partido societário, de base operária, independente de Estado e dotado de forte liderança popular, não só contrasta fortemente com toda a história anterior, como também introduz um elemento complicador e, naquela altura, provavelmente incompatível com o compromisso então engendrado entre uma ordem política liberal e uma estrutura sindical corporativa (BRANDÃO, 1997, p. 26).

3. O General Eurico Gaspar Dutra (PSD) foi eleito com 55,39% dos votos válidos, com o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) ficando em segundo lugar com 34,74%, e o engenheiro Yedo Fiúza (PCB), em terceiro lugar com 9,71% dos votos, eleição que ainda contou com a participação do ruralista Mário Rolim Telles, do inexpressivo Partido Agrário Nacional (PAN), que conquistou apenas 0,17% dos votos.

O elemento complicador, neste caso, residia especificamente no programa de transformações sociais, que propugnava reformas importantes ⁷ para a sociedade brasileira e, também, uma outra proposta de inclusão das massas, numa sociedade que ingressava em uma era de modernização capitalista que vinha desenvolvendo-se desde o período Vargas.

Os comunistas não se caracterizaram enquanto partido antissistema nos seus anos de legalidade, pois estavam imbuídos na consolidação da democracia brasileira e defendiam a realização de uma Constituinte

como um processo fundamental para a modernização da nação.

Desde o início dos trabalhos da Constituinte, a bancada comunista – composta pelo senador Prestes e 14 deputados – iria destacar-se pela defesa permanente da democracia e dos direitos democráticos, travando, por exemplo, luta ferrenha pela imediata revogação da Constituição de 1937, objetivo que não seria alcançado, dada a maioria conservadora da Assembleia de 1946 (PRESTES, 2006, p. 182).

O partido não apontava para a revolução socialista como uma saída imediata para os problemas brasileiros. Acreditava, sim, na revolução democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista enquanto um projeto modernizador do país, uma etapa prévia a revolução socialista (MAZZEO, 2003).

O PCB demonstrava, através de sua política, que estava compromissado com uma transição pacífica e sem sobressaltos para o regime democrático. O partido era definido, pelo seu Comitê Central, como o esteio máximo da ordem e da lei e os eixos programáticos se manifestavam na defesa da paz, do progresso e da democracia (CARONE, 1982). A própria atuação dos comunistas nos sindicatos e no movimento operário respondia a esta linha geral, que orientava os trabalhadores a apertar os cintos, evitando greves e conflitos com os patrões (PACHECO, 1984).

Durante o curto período de liberdade democrática, houve a realização da III Conferência do Partido, em 1946, que reafirmou a tática de união nacional, apontando para a necessidade de, através de uma política de colaboração das classes sociais, entre a burguesia nacional, a pequena-burguesia urbana, o operariado e as massas camponesas, sendo as duas últimas protagonistas do processo de transformação, a construção, pela via legal e pacífica, de uma saída para os problemas do país rumo ao socialismo (PRESTES, 2001).

Este projeto tinha como pontos principais: a defesa da reforma agrária; da indústria e da produção nacional; da distribuição de renda; da aversão ao capital estrangeiro e ao imperialismo; a defesa do direito ao voto para os analfabetos; o aumento da sindicalização das massas trabalhadoras; a reivindicação por melhores salários para a classe trabalhadora; a luta por uma Constituição democrática e progressista; e a defesa da democracia e dos direitos fundamentais do cidadão como os pontos centrais para o desenvolvimento e modernização do Brasil (PRESTES, 2021).

O PCB propunha a alteração das instituições e da forma de governo no país. A diminuição dos poderes do Executivo e o fim do presidencialismo eram propostas que respondiam ao receio dos comunistas do possível retorno de um regime autoritário ao país, tendo em vista os anos de predominância de Getúlio Vargas no poder, e a experiência

do Estado Novo. O parlamentarismo, a extinção do Senado, considerado reduto das oligarquias regionais, e a total autonomia dos estados e municípios foram bandeiras do PCB em sua participação na constituinte nacional (BRAGA, 2003).

As compreensões dos comunistas acerca da realidade brasileira não permitiram que, quando da intensificação das ameaças retorno do partido à ilegalidade, eles conseguissem desenvolver uma ação mais eficaz no sentido de barrar a arbitrariedade do governo Dutra e garantir a permanência do PCB no sistema político nacional. Os comunistas tentaram reverter a situação através da Justiça, não estabelecendo alianças com partidos mais próximos programaticamente ou que se opunham ao Governo Dutra, nem mobilizando as massas vinculadas ao Partido.

O PCB então viu-se isolado. Poucas vozes da sociedade civil se levantaram contra o fechamento do Partido; os comunistas não contaram com o apoio das outras organizações partidárias, que nada fizeram além de assistir a exclusão do Partido do cenário político. No parlamento amplamente conservador, o PSD e a União Democrática Nacional (UDN) foram os principais articuladores da cassação do PCB e dos mandatos dos comunistas, apoiados por legendas como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido da Representação Popular (PRP) (NETTO, 1986).

Ocorreu uma sucessão de acontecimentos vinculados à vida política nacional que redundam na ilegalidade dos comunistas, ocorrida no dia 9 de maio de 1947, e que se desenvolveram até a cassação dos parlamentares comunistas em janeiro de 1948, que encerrou o ciclo de vida democrática do PCB durante a Terceira República.

No início de 1946, foram tomadas atitudes para reprimir os comunistas e os sindicatos com direções não vinculadas ao governo. Em abril, foi decretada a proibição de eleições sindicais e iniciou-se o processo de intervenção em sindicatos não-alinhados; houve, também, a impugnação do Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), entidade intersindical dirigida pelos comunistas.

Em maio, o partido lançou um “Alerta à Nação”, onde denunciou a onda anticomunista; no mesmo mês, ocorreu a Chacina do Largo da Carioca, que foi a dissolução violenta pela polícia, com vários mortos e feridos, do comício realizado pelo PCB em comemoração ao aniversário de um ano de legalidade. No mês de junho do mesmo ano, o comitê metropolitano do Rio de Janeiro foi vigiado constantemente pela polícia; em agosto, ocorreu o quebra-quebra de Lira-Ibassá, onde agitadores aliciados pela polícia apedrejaram e assaltaram casas co-

merciais passando-se por comunistas e, em novembro, realizou-se uma atividade do governo federal, que contou com a presença do presidente Dutra, homenageando os mortos pelos comunistas nos acontecimentos de 1935 (PRESTES, 2015).

O ano de 1947 iniciou-se sob profunda repressão ao PCB. No dia 19 de janeiro, data das eleições para governadores e deputados estaduais, um comício do partido na Praça Tiradentes em São Paulo foi dissolvido violentamente pela polícia. No mesmo mês, a repressão começou a tomar a forma legal, o estatuto do partido foi considerado falso pelo governo; no mês de fevereiro, surgiu o parecer Barbedo, que denunciava o PCB enquanto organização estrangeira financiada pela União Soviética, que possuía dois estatutos: um proforma e outro que pregava a instauração de um regime antidemocrático no Brasil.

Em abril, a União da Juventude Comunista (UJC), uma frente de massas do Partido, foi interdita pelo governo e, no dia 7 de maio, foi votado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o cancelamento do registro do PCB. Em agosto, foram cortadas as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética e foi apresentado ao congresso nacional o projeto Ivo de Aquino, que apontou para a cassação dos mandatos de senador e de deputados comunistas em todas as casas legislativas, tanto estaduais quanto federal. O projeto só foi aprovado no dia 7 de janeiro de 1948 e, no mesmo mês, foram proibidas as circulações dos jornais oficiais do Partido Comunista. Em fevereiro, foi solicitada a prisão preventiva de Luis Carlos Prestes, secretário-geral do PCB (KONDER, 1980).

Os motivos que levaram ao fechamento do PCB, portanto, responderam a questões da política nacional relacionadas ao contexto internacional de Guerra Fria. O que estava em jogo naquele momento histórico era a anulação de uma organização que contava com um projeto alternativo de modernização do país e que apontava para outra perspectiva de inclusão das massas no sistema político, que, na leitura dos comunistas, deveria dar-se de fora para dentro do Estado.

A atitude de excluir o PCB do regime democrático também respondeu à tradição autoritária do Estado e das classes dominantes brasileiras (MAZZEO, 1989). A Terceira República seguiu este padrão ao excluir de seu sistema político um importante partido de massas, que havia ressurgido no cenário nacional como a quarta força em termos de votos e representação.

A leitura por parte dos comunistas do processo de ataques aos seus direitos e ao Partido, não se mostrou a mais correta, ou, pelo menos, não conseguiu responder minimamente às necessidades que estavam colocadas. Apoiadores críticos do governo Dutra em um primeiro momento, os comunistas confiaram cegamente na nova democracia e não esperavam a cassação do registro do par-

tido e que uma nova perseguição política se iniciasse.

O PCB não organizou nenhuma manifestação de massa contra as medidas do governo e do TSE, jogando todas suas forças no processo jurídico enquanto espaço de protesto à ilegalidade:

A direção do PCB cometeria sério erro de avaliação do quadro político subestimando as forças da reação e confiando cegamente na democracia burguesa. Tanto é verdade que, enquanto se decidia no STF o fechamento ou não do Partido, este se limitava a dar um tratamento exclusivamente jurídico à questão, confiando apenas na justiça do sistema, sem apelar um momento sequer para a mobilização popular contra a medida. Prestes, pouco tempo antes, afirmava que “ninguém ousaria fechar o PCB” (PACHECO, 1984, p. 197).

Orientados pela estratégia da revolução democrático-burguesa adotando a tática de união nacional, o PCB conduziu sua política nos primeiros anos da Terceira República na busca de reforçar a democracia, o que levou os comunistas a superestimar a nova institucionalidade, duvidando de uma nova perseguição política, ao mesmo tempo em que foi subestimado o trabalho de massas, que acarretou o isolamento do partido quando da intensificação do endurecimento das perseguições (KONDER, 1980). Na próxima seção busca-se compreender como se deu a atuação dos comunistas no período democrático, em um cenário específico, no caso, a Assembleia Constituinte Estadual do Rio Grande do Sul.

A ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS NA ALERGS (1947)

A lei Agamenon, de maio de 1945, estabeleceu um novo sistema político no Brasil. Os antigos partidos regionais, que haviam disputado o poder político até 1930, não tiveram condições de sobrevivência em decorrência da lei que obrigava que qualquer novo partido político possuísse dez mil eleitores espalhados em, pelo menos, cinco diferentes estados da federação. No Rio Grande do Sul os novos partidos, de caráter nacional, tiveram como desafio representar os diferentes setores sociais do estado, que já tinham uma forte cultura partidária enraizada. O PCB possuía uma importante inserção no movimento operário gaúcho, nas cidades mais industrializadas (MEDEIROS, 2016).

Os gráficos, os tecelões da região metropolitana, os ferroviários, os trabalhadores da Companhia Carris e os metalúrgicos já organizavam suas greves sob a direção dos comunistas através de seus respectivos sindicatos. O movimento estudantil da época também contava com a presença de jovens comunistas, que se organizavam

nas casas de estudantes e centros estudantis, principalmente das faculdades de Porto Alegre (MARÇAL, 1986).

Com a democratização, os eventos de massa protagonizados pelo PCB nos principais centros urbanos do país como foram os discursos de Luis Carlos Prestes nos estádios do Pacaembu, em São Paulo, e no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, que reuniram mais de cem mil pessoas, reproduziram-se também em cidades do Rio Grande do Sul. Em setembro de 1945, na cidade de Porto Alegre, 70 mil pessoas se concentraram no Parque da Redenção para ouvir o “Cavaleiro da Esperança” (PRESTES, 2015). Os atos de massa do PCB também ocorreram nas cidades de Pelotas e Rio Grande.

Significativos setores da sociedade gaúcha apoiavam e simpatizavam com os comunistas. Esse apoio se expressou em votos tanto na eleição para Presidente da República realizada no dia 02 de dezembro, na qual o PCB logrou alcançar no estado 8,02% de votos para seu candidato presidencial, quanto na eleição para o Congresso Nacional em que elegeu Prestes como deputado federal, que foi substituído pelo primeiro suplente Abílio Fernandes para que pudesse assumir o mandato de senador.

Posteriormente, nas eleições de 19 de janeiro de 1947 para Governador e Deputados Estaduais, o PCB conseguiu eleger uma bancada de três parlamentares, sendo eles o físico e professor Otto Ohlweiler, o psiquiatra e escritor Dionélio Machado e o advogado Antônio Pinheiro Machado Neto, tendo como primeiros suplentes, que assumiriam posteriormente, o advogado Júlio Teixeira e o operário mineiro Jover Telles. O partido também contribuiu decisivamente para a vitória de Walter Jobim, então candidato pelo PSD (KUHN, 2002). A Assembleia Legislativa foi eleita com a seguinte composição: dos 55 deputados eleitos, 23 eram do PTB, 16 do PSD, 5 do PL, 4 da UDN, 3 do PRP, e 3 do PCB.

Os processos eleitorais de 1945 e 1947 demonstraram alterações significativas no sistema partidário gaúcho, ainda que em um curto espaço de tempo. O PTB, que nas eleições para Câmara Federal havia conquistado somente uma cadeira, sendo a quarta força política no Estado, nas eleições para a Assembleia Legislativa e para o Senado Federal, em 1947, reverteu totalmente o quadro: conquistou a maior bancada para a ALERGS e a vaga de senador, superando os resultados do PSD, que havia sido o partido mais votado na eleição anterior.

Já os comunistas apresentaram uma estabilidade com relação ao número de votos obtidos nas eleições proporcionais, conquistando uma média de 5% dos votos do eleitorado gaúcho nas eleições de 1945 e 1947 (CÁNEPA, 2005). No dia três de março de 1947, instalou-se a Assembleia Constituinte Estadual. Após dez anos fechado, o poder legislativo retomava sua independência e tinha como seu primeiro desafio a consolidação da democracia no

Rio Grande. Os trabalhos constituintes prolongaram-se até o dia oito de julho do mesmo ano, quando foi promulgada a nova Constituição estadual.

No dia seguinte, foi realizada a primeira reunião da ALERGS. Os comunistas participaram da Assembleia desde a sua instalação até o dia 14 de janeiro de 1948, quando, durante os trabalhos da Comissão Representativa que cumpria com os serviços internos e burocráticos da Assembleia no recesso parlamentar, tiveram seus mandatos cassados.

Na breve atuação dos comunistas no parlamento gaúcho a verticalização entre os níveis nacional e estadual do Partido era evidente, o que expressava articulação com a estratégia e tática, além da disciplina e centralismo dos principais quadros partidários (CHILCOTE, 1982).

Além da articulação política entre os níveis nacional e estadual, a composição partidária e a base social que o sustentava, também não apresentavam maiores distorções. O PCB, no estado, era um partido urbano, com força entre o operariado, os setores médios e a intelectualidade. Nas eleições para a Presidência da República, os resultados em nível nacional se assemelhavam aos obtidos no estado. Yedo Fiúza, que recebeu 9,71% dos votos nacionalmente, teve no Rio Grande do Sul o apoio de 8,02% do eleitorado. Foi o segundo candidato mais votado em importantes centros urbanos do estado, como os municípios de Porto Alegre, Canoas, Rio Grande e Santa Maria (NOLL; TRINDADE, 1995). No pleito para Deputado Federal no estado, o PCB apareceu como a quinta força, fazendo praticamente o mesmo número de votos que o PTB. O primeiro alcançou 6,32% e o segundo obteve 6,45% dos votos, elegendo um deputado cada (NOLL; TRINDADE, 1995). Já nas eleições para a Assembleia Legislativa, o PCB obteve mais de 5% dos votos como resultado geral. Nos seguintes municípios, o Partido conquistou resultado equivalente ou maior ao obtido percentualmente no Estado: Porto Alegre (onde obteve a segunda maior votação), Bagé, Santana do Livramento, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Maria, São Gabriel, Cacequi, São Jerônimo, General Câmara, Triunfo e Uruguaiana (NOLL; TRINDADE, 1995). Dessa forma, o Partido apareceu como a sexta força na ALERGS.

Nas eleições para Governador, o PCB seguiu a orientação nacional de não lançar candidatura própria nos estados e de compor alianças com os setores mais democráticos do cenário político local. No caso do Rio Grande do Sul, a escolha recaiu na candidatura de Walter Jobim (PSD), que, além de ser apoiado pelos comunistas, obteve o apoio do PRP, formado por antigos integralistas.

A participação dos comunistas na campanha foi decisiva, já que Jobim venceu seu adversário Alberto Pasqualini (PTB) pela pequena margem de 20 mil votos, equivalente a menos de 4% do eleitorado. A aliança com o PSD era explicada por dois fatores: o primeiro era a campanha de eletrificação proposta por Jobim, no entendimento dos comunistas um elemento fundamental na modernização do Estado; o segundo era a disputa que os comunistas travavam com os petebistas junto ao operariado gaúcho: uma vitória do PTB, no processo eleitoral, fortaleceria o trabalhismo no Estado, o que não era interessante para os comunistas (NOLL; TRINDADE, 1995).

A aliança com o PSD foi abonada pelo Comitê Central do PCB, sendo que Luis Carlos Prestes compareceu à cerimônia de posse de Walter Jobim, no dia 26 de março de 1947, enquanto representante nacional do Partido. Já na primeira sessão, os comunistas expunham qual seria sua linha de atuação dentro da Assembleia, segundo Dionélio Machado: “Os propósitos da bancada comunista, nesta Assembleia, são os propósitos que o PCB, em toda sua campanha política, vem apresentando: são propósitos de colaboração” (ANAIS, 1947, vol. 1, p. 26). A tática de união nacional e a defesa da Constituição também estavam presentes nos discursos de Machado, líder da bancada comunista:

[...] é preciso, mais do que nunca, que todos nós nos convençamos de que é a união de todos os partidos, da união de todas as classes, que havemos de tirar a resultante capaz de solucionar os angustiantes problemas do povo rio-grandense. Julgamos da máxima importância, neste momento, a luta em defesa da constituição de 18 de setembro de 1946. Faremos deste ponto, centro da atuação da bancada comunista nesta casa (ANAIS, 1947, vol. 1, p. 26).

Os comunistas apontavam, como eixos norteadores de suas ações parlamentares no estado, a defesa da soberania da Assembleia, a busca de soluções unitárias, o apoio crítico ao governo Walter Jobim, a defesa do operariado gaúcho e o combate aos grupos fascistas que atentassem contra a Constituição.

A defesa pelos pecebistas da União Soviética e do regime socialista era motivo de provocação por parte de outros deputados, como Britto Velho, do Partido Liberal (PL), Leonel Brizola (PTB) e Assunção Viana (PTB), na 34ª sessão ocorrida no mês de maio. Esses parlamentares definiam o regime como totalitário e antidemocrático, pro -

vocando os comunistas. Novamente foi Dionélio Machado quem sustentou, na tribuna, a posição do PCB. Segundo ele na Rússia: “O povo intervém no governo. Muito antes de nós estarmos elegendo os nossos representantes o povo russo intervinha na constituição de seu parlamento e de seu governo, democraticamente” (ANAIS, 1947, vol. 4, p. 51). E, também, afirmava que a União Soviética não era uma potência imperialista, tampouco, uma ditadura burocrática, e sim, uma democracia popular: “Democracia é o governo do povo, e quem faz o governo na Rússia é o povo. [...] Todo ele se mobiliza nas eleições, é muito comum terem assento no Soviete Supremo, membros que não são do Partido Comunista” (ANAIS, 1947, vol. 4, p. 52).

Os debates acerca do caráter do regime soviético serviam para colocar os deputados comunistas em situações delicadas, onde eram obrigados a defender a URSS, tida como uma ditadura pelas demais bancadas, e, assim, acabavam fornecendo elementos para que os outros deputados apontassem o PCB enquanto organização com vínculos internacionais, que, mesmo defensor da democracia e da Constituição, não era tido como um partido “confiável” dentro do sistema político.

À medida que o processo nacional de perseguição ao Partido avançava, as denúncias dos comunistas gaúchos com relação às arbitrariedades do governo Dutra tornaram-se cada vez mais presentes. A atuação dos parlamentares, nos primeiros meses, se centrou na defesa da continuidade legal do PCB. Às portas da votação no TSE, Machado alegava porque o Partido não devia retornar à ilegalidade:

Defendendo o Partido Comunista do Brasil, contra a investida dos setores reacionários, nós estamos na realidade opondo um dique a todas as forças maléficas dentro de nossa terra, e não é demais, Sr. Presidente, lembrar que essas forças têm origem no estrangeiro (ANAIS, 1947, vol. 2, p. 340).

A compreensão era a de que o governo Dutra, com a decisão de ilegalizar o PCB, havia enveredado por um caminho fascista, e que os setores com esta orientação que faziam parte do governo haviam tomado os rumos da nação. Nesse momento, o Partido rompe com a posição de apoio crítico a Walter Jobim, até então sustentada no Estado, enquadrando-o como um braço do fascismo desenvolvido por Dutra no âmbito nacional.

A repressão sistemática aos comunistas era também entendida como uma tentativa do governo de levar o PCB, novamente, a uma resposta violenta, como em 1935, isolando-o e justificando o extermínio físico.

Para evitar qualquer tipo de confrontação armada, o Partido optou pela saída legal ao seu fechamento, recorrendo e acatando as decisões do TSE, nas palavras

do líder da bancada:

[...] no dia da cassação do registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil, o plano era afogar o Brasil na guerra civil, para num passo mais rápido, chegarem mais facilmente a ditadura. Os comunistas não deram este pretexto a falsa reação. Acatarem a decisão judicial e recorreram desta decisão, e daí por diante o Partido Comunista do Brasil se considerou com o registro eleitoral cancelado para fins eleitorais (ANAIS, 1947, vol. 12, p. 360).

Essa tática respondia à crença dos comunistas na Constituição de 1946. Entendiam que havia uma saída democrática, não só ao cancelamento do registro do Partido, mas, também, aos problemas econômicos e sociais do país. Mesmo compreendendo as limitações da nova carta magna, entendiam que ela assegurava um novo caminho para a integração das massas na política brasileira, nas palavras de Jover Telles:

É porque sabíamos que com os dispositivos democráticos, existentes em nossa constituição, o proletariado, o povo de nossa terra, aliados a todos os homens progressistas, fazendo uso daqueles dispositivos democráticos, seriam capazes de levar a nossa pátria pelo caminho do seu reerguimento econômico, e foi justamente por isso que nós os comunistas baseamos toda a nossa atividade na defesa intransigente de nossa constituição (ANAIS, 1947, vol. 5, p. 114).

Na defesa da Constituição, os comunistas reafirmavam a tática de união nacional como preservação da democracia brasileira das ameaças de um novo período ditatorial, assim defendida por Júlio Teixeira:

Foi mesmo ainda recentemente, no senado federal que o senador Luis Carlos Prestes, chamava a atenção dos senhores parlamentares do povo para este fato muito sério que é a solução dos problemas nacionais, que não depende de um homem, nem de um partido, senão que depende da conjugação dos esforços patrióticos de todos os brasileiros e de todos os partidos (ANAIS, 1947, vol. 10, p. 101).

As demais bancadas não se sensibilizaram com as inúmeras denúncias dos deputados comunistas com relação à cassação do registro eleitoral do PCB. A argumentação dos comunistas de que as atitudes do governo não afetavam tão somente eles e a sua organização, mas, sim, a democracia como um todo, era motivo de críticas dos demais parlamentares. Em abril de 1947, o deputado Egídio Michaelsen, do PTB, apresentava sua contrariedade à legalidade do PCB, afirmando que “combateremos de frente sempre, e em cada oportunidade, o Partido Comunista” (ANAIS, 1947, vol.2, p. 44). Já o deputado Brito Velho do PL ia mais longe ao dizer:

Admito, em princípio, o fechamento do Partido Comunista como meio de preservação da sociedade atual de uma nova infecção, pela qual ela, pelo esforço perseverante de todos que tem um vivo, real, fecundo ideal democrático e cristão, retorne as suas fontes e reinforme por novos princípios (ANAIS, 1947, vol. 2, p. 44).

Porém, quando da ameaça da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, a ALERGS prestou solidariedade aos mesmos, com a aprovação de uma moção. Os parlamentares do PCB, PTB, PL e da UDN votaram favoravelmente; a bancada do PSD votou contra a aprovação da moção e o PRP absteve-se. Em seu conteúdo, a moção reafirmava a independência do poder legislativo com as seguintes palavras:

A Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, sentindo a necessidade de preservar a independência e a soberania do poder legislativo, permitindo-lhe exercer suas funções sem qualquer constrangimento, afirma sua convicção de que os representantes do povo legitimamente eleitos não podem sofrer qualquer restrição no exercício pleno de suas investiduras salvo nas hipóteses constitucionais de perda de mandato, cujo conhecimento é da competência das Assembleias em que tenham assento (ANAIS, 1947, vol. 6, p. 49).

Os comunistas gaúchos não estavam sozinhos na defesa de sua permanência no cenário político nacional e regional. Estudantes, através da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES), lançaram, em janeiro de 1948, um manifesto contra a cassação dos mandatos. Intelectuais locais, como Érico Veríssimo, Augusto de Carvalho, Salomão Scliar, Vasco Prado, Cid Pinheiro Cabral, Cyro Martins, entre outros, manifestaram-se contra as medidas antidemocráticas tomadas pelo Governo Dutra e Jobim. O texto do manifesto foi lido por Jover Telles e um dos seus trechos dizia:

Sentem-se, os signatários, inteiramente solidários com todas as correntes de opinião que patrioticamente resistem contra o retrocesso a um novo período de arbítrio, policialismo, censura do pensamento, poder pessoal, estagnação e maior miséria material que seria sem dúvida, se aquelas resistências fossem vencidas por falta de mais denso apoio popular, o sombrio desfecho da fase involutiva que atualmente caracteriza o processo democrático brasileiro (ANAIS, 1947, vol. 8, p. 36).

Um dos temas mais abordados pelos comunistas durante sua passagem na Assembleia foi a Reforma Agrária. Sendo o Rio Grande do Sul um estado com economia agroindustrial e altos índices de concentração

de terra, a alteração na estrutura fundiária se apresentava como uma transformação radical, que ia contra os interesses da elite agropastoril gaúcha. Nas palavras de Telles:

É sentindo que de fato o problema da terra em nossa pátria é o problema do qual devem partir todas as demais soluções para o nosso povo, é sentindo esse problema que o nosso partido, desde o início da sua legalidade pregava a distribuição de terras aos camponeses (ANAIS, 1947, vol. 5, p. 113).

O Estado tinha um papel central no processo de distribuição de terras e na assistência ao camponês assentado. Em um de seus discursos, Júlio Teixeira dizia que, enquanto protagonista:

[...] ao Estado corre o dever de prover no sentido de amparo ao agricultor sem-terra, dar amparo ao homem do campo, meios de produção, meios de trabalho com distribuição de terras [...] para atender esses problemas de terra no Rio Grande do Sul, deverá o Estado desapropriar terras particulares (ANAIS, 1947, vol. 9, p. 709).

Para o PCB, os grandes favorecidos em um processo de reforma agrária deveriam ser os camponeses mais pobres. Ao posicionar-se sobre uma indicação da bancada do PTB que dizia respeito às vendas das terras desapropriadas pelo Estado a agricultores idôneos, o deputado Dionélio Machado explicitava a visão do Partido:

Pensamos que deve a Assembleia com essas soluções, tentar resolver o problema do camponês pobre. Desapropriar a terra mais indicada para o cultivo dos cereais e só torná-la acessível àqueles que a possam comprar é, não há dúvida, já dar um grande passo no problema agrário, no Brasil, que como estamos vendo, envolve fundamentalmente a própria produção [...] criar condições para que estas terras possam parar em mãos de agricultores idôneos, mas não pela compra pura e simples. Se o Estado desapropria essas terras, ele bem pode entregá-las a camponeses pobres mediante outra forma de compra, que não seja simplesmente a venda (ANAIS, 1947, vol. 1, p. 241).

O incremento da produção nacional com distribuição de riquezas e aumento dos salários da classe trabalhadora era um dos eixos programáticos que os comunistas faziam questão de ressaltar. A leitura era que o país seguia dependente da economia internacional, especificamente do imperialismo estadunidense, e, para romper com este vínculo, era necessária a defesa da indústria nacional, para Telles: “O principal inimigo da nossa pátria é o imperialismo ianque que quer aniquilar a nossa indústria e

atirar o nosso povo a mais negra miséria” (ANAIS, 1947, vol. 5, p. 116).

Como alternativa aos caminhos que o governo do estado adotava, os comunistas apontavam um programa alternativo como solução dos problemas do Rio Grande do Sul. Em um de seus discursos, Jover Telles expressou uma síntese do programa do PCB:

Um programa de ação para proteger e fomentar a nossa industrialização, melhorar os nossos transportes, assistir aos lavradores, melhorar o nível de vida dos trabalhadores, pelo imposto progressivo sobre os grandes lucros, aumento de salários e ordenados, combatendo assim a inflação e a carestia de vida (ANAIS, 1947, vol. 5, p. 165).

Com relação à forma de governo, os comunistas defendiam que o parlamentarismo deveria ser implementado no estado, assim como em nível nacional. A Constituinte Estadual, promulgada no dia 08 de julho de 1947, ao adotar o regime parlamentarista, ia contra a organização política federal, definida na Constituição de 1946, que era a democracia presidencialista.

O PCB apontava para a necessidade de um regime parlamentarista no país e, conseqüentemente, nos estados como uma forma de fortalecer a democracia que estava surgindo. Os comunistas gaúchos incorporavam o parlamentarismo ao seu projeto de modernização do Estado, votando favoravelmente à aprovação deste, Telles defendeu que:

[...] votando no parlamentarismo votávamos com o povo contra seus algozes. O parlamentarismo era a forma por que poderíamos restringir o governo de negação e de miséria que aí temos (ANAIS, 1947, vol. 7, p. 283).

Durante o período em que participaram do parlamento gaúcho, os pecebistas alteraram significativamente sua política de alianças. Durante os meses de março e abril, aproximaram-se ao PSD, devido o apoio crítico a Jobim. Após o cancelamento do registro do Partido, sustentado pelo Governo Dutra e, conseqüentemente, pelo PSD gaúcho, os comunistas buscaram maior proximidade ao PTB e ao PL, partidos opositores do Governo Pessedista.

A atuação dos pecebistas na ALERGS durou até o dia 14 de janeiro de 1948, quando da aprovação da cassação dos parlamentares comunistas na Câmara Federal, que foi acatado pelos parlamentares componentes da comissão representativa, que operava durante o recesso, entenderam que a própria comissão tinha autonomia para definir a posição da Assembleia

sobre a cassação dos mandatos. Os deputados Brochado da Rocha (PTB), Daniel Kieger (UDN) e Brito Velho (PL), líderes de suas respectivas bancadas, mostraram-se favoráveis ao cumprimento imediato da resolução advinda da Câmara Federal.

Os comunistas procuraram expressar em uma das suas últimas participações na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com uma breve análise, a contribuição dos comunistas ao povo e ao parlamento gaúcho, através das palavras de Dionélio Machado.

[...] a bancada comunista se norteou sempre pelo espírito de colaboração que redundaria, como redundou, em última análise em benefício do povo do Rio Grande [...] Batemo-nos infatigavelmente pelos interesses dos trabalhadores e do povo, encaminhando todas as suas reivindicações, chamando a atenção dos nossos ilustres colegas e das autoridades públicas para os problemas que mais interessam ao povo (ANAIS, 1947, vol. 14, p. 652).

Com a cassação de seus parlamentares e já fora do sistema partidário, perseguido violentamente pela polícia e atuando na clandestinidade, o PCB perdeu sua força no cenário político. A influência do Partido junto à classe trabalhadora e aos setores sociais onde possuía alguma inserção diminuiu de maneira drástica. O projeto político dos comunistas foi derrotado e a marginalização do PCB demonstrou, mais uma vez, o caráter autoritário do Estado brasileiro.

Considerações finais

O breve período de atuação legal do PCB no limiar da Terceira República refletiu numa ampliação significativa da influência dos comunistas na política brasileira.

Impulsionados pela derrota do nazifascismo, ao qual foram firmes opositores, pela repercussão positiva da participação da União Soviética na II Guerra Mundial, pela participação nas manifestações pela adesão do Brasil aos Aliados na luta contra o eixo e pela defesa do fim do Estado Novo, pelas liberdades democráticas e ampliação dos direitos sociais, os pecebistas ganharam adesão em significativas bases sociais, principalmente nos meios urbanos, entre operários e intelectuais, o que refletiu em resultados eleitorais expressivos, nas eleições que ocorreram entre 1945 e 197, com eleição de importantes bancadas comunistas, que compuseram a Constituinte de 1946 e as Constituintes estaduais de 1947.

A tática de união nacional, orientada pela estratégia de revolução democrático-burguesa, estabeleceu uma contradição na atuação dos comunistas. Ao mesmo tempo que permitiu a apresentação de um programa reformista elo anticomunismo impulsionado pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e incorporado na agenda nacional pelo governo Dutra.

A atuação parlamentar dos pecebistas na ALERGS demonstrou concretamente como se deu a relação deles com o regime democrático, com a estratégia e tática e a organização partidária e com o contexto político e social gaúcho. Os comunistas gaúchos replicaram de forma disciplinada e controlada o programa do partido.

A atuação parlamentar dos pecebistas na ALERGS demonstrou concretamente como se deu a relação deles com o regime democrático, com a estratégia e tática e a organização partidária e com o contexto político e social gaúcho. Os comunistas gaúchos replicaram de forma disciplinada e centralizada o programa do partido, confiando na democracia e no poder da Constituição; a ênfase aposta na reforma agrária e a modernização capitalista, expressa na importância dada aos comunistas na eletrificação; a distribuição de renda; a defesa da indústria nacional, e do parlamentarismo, além de uma outra visão no que diz respeito à integração das massas ao sistema: essa não deveria dar-se de forma subordinada ao Estado.

O internacionalismo também esteve presente nos discursos dos comunistas gaúchos, seja na luta contra o imperialismo estadunidense; ou na defesa intransigente da União Soviética. A vinculação com o operariado e com a sociedade civil gaúcha, principalmente entre os intelectuais, refletiu-se na composição da bancada pecebista. Composta majoritariamente por profissionais liberais (advogados e psiquiatra), contando com um professor e apenas um operário, o que a difere da bancada eleita para a Constituinte nacional, de maioria operária. Outro elemento marcante no PCB do Rio Grande do Sul foi a disputa do eleitorado com o PTB, principalmente da base operária. Os partidos apresentaram força equivalente nas eleições de 1945, inclusive com o PCB tendo maior presença eleitoral que os petebistas na capital gaúcha.

A cassação do registro do PCB e dos mandatos dos parlamentares comunistas relacionaram-se ao contexto internacional de Guerra Fria e à crescente influência estadunidense nos assuntos nacionais, e por fatores internos por ser tido como uma ameaça às classes dominantes, enquanto portador de um programa reformista radical, de bases anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiária e de outra forma de inclusão das massas no sistema político.

Referências

ANAIIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1947, mar./dez.

BRAGA, Sérgio Soares (org.). *Luis Carlos Prestes: o Constituinte, o Senador (1946-1948)*. Brasília: Senado Federal, 2003. v.10

BRANDÃO, Gildo Marçal. A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário (1945-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo nº. 33, ano 12, p. 23-34, fevereiro de 1997.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982. v. 2

CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-1964: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. 9ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MAZZEO, Antônio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento capitalista. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, JULIANO. *Por dentro da ordem: Os comunistas na Assembleia Constituinte de 1946*. 2016 165 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NETO, HERNANI CAVALHEIRO. *A liberdade dos subterrâneos: A bancada comunista e os direitos individuais na Constituinte de 1946*. 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Legislativo) Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor, Brasília, 2020.

NETTO, Evaristo Giovanetti. *A bancada do PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à "união nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, Anita Leocádia. Os comunistas e a Constituinte de 1946 – por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 171-186, dezembro 2006.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luis Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESTES, Anita Leocádia. *75 anos da Constituição de 1946: a bancada comunista e a política do PCB*. Blog da Boitempo, 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/09/18/75-anos-da-constituicao-de-1946-a-bancada-comunista-e-a-politica-do-pcb/>> Acesso em 05 dez 2021.

RUY, José Carlos. *Os comunistas na Constituinte de 1946*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2016.

TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel (coord.) *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 195-216.

DIAS, DANYELE NAYARA SANTOS. *O “deputado do povo”: a trajetória de Carlos Marighella a partir de seu mandato parlamentar (1945-1948)*. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

O presente artigo analisa a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) nos anos iniciais da Terceira República, no período entre 1945 e 1947, tendo como objetivo compreender como a estratégia de revolução democrático-burguesa e a tática de união nacional influenciaram na atuação parlamentar dos comunistas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS), em especial na elaboração da Constituição estadual. Através de uma pesquisa nos Anais da ALERGS busca-se evidenciar os principais aspectos da participação e das contribuições do PCB no parlamento gaúcho, em durante o período de atuação legal.

RESUMO

Partido Comunista do Brasil (PCB), Democracia, Terceira República.

PALAVRAS-CHAVE

This article analyzes the performance of the Communist Party of Brazil (PCB) in the initial years of the Third Republic, in the period between 1945 and 1947, aiming to understand how the strategy of bourgeois democratic revolution and the tactic of national unity influenced the parliamentary performance of the Communists in the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul (ALERGS), especially in the elaboration of the state Constitution. Through a research in the Anais of ALERGS, we seek to highlight the main aspects of the participation and contributions of the PCB in the gaúcho parliament, during the period of legal action.

ABSTRACT

Communist Party of Brazil (PCB), Democracy, Third Republic.

KEYWORDS

RODRIGO DA COSTA LIMA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9687-9600>

E-mail: rodrigo.coslim@gmail.com

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1754-1001>

E-mail: jhz@unescc.net

RECEBIDO: 14.03.2022

ACEITO: 28.05.2022